



PODER

Vorcaro troca defesa e sinaliza delação

Após Segunda Turma do STF formar maioria para mantê-lo em prisão preventiva, dono do Master dispensa advogados e contrata outro, favorável à colaboração premiada. Mendonça enfatiza a periculosidade do que classificou de organização criminosa

» VICTOR CORREIA
» IAGO MAC CORD
» VANILSON OLIVEIRA

O banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, trocou de advogados ontem após a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formar maioria para mantê-lo em prisão preventiva. Detido no Presídio Federal de Brasília, ele é acusado de comandar um esquema bilionário de fraudes financeiras, incluindo um grupo para coletar informações, intimidar opositores e até planejar ataques físicos contra jornalistas.

Vorcaro trocou o advogado Pierpaolo Bottini por José Luis Oliveira Lima, conhecido como Juca, um dos principais criminalistas do país. Roberto Podval, outro integrante da defesa do banqueiro, também saiu do caso.

A decisão é vista como sinal de uma possível delação no futuro, já que Juca tem ampla experiência em casos envolvendo o mecanismo legal. Por outro lado, a defesa anterior do banqueiro tem como clientes possíveis alvos da delação de Vorcaro, como políticos, e a saída da equipe evita conflitos de interesse.

Juca já representou clientes como José Dirceu, no caso do Mensalão; o doleiro Alberto Youssef, na Operação Lava-Jato; o ex-presidente da Caixa Pedro Guimarães; o médico Roger Abdelmassih, condenado por estupro contra pacientes; e o general Braga Netto, no julgamento por golpe de Estado.

A Segunda Turma iniciou, ontem, o julgamento, em plenário virtual, da decisão do ministro André Mendonça que determinou a prisão preventiva de Vorcaro. A sessão ficará aberta até a semana que vem, mas já há maioria para manter o banqueiro na cadeia. Os ministros Luiz Fux e Nunes Marques acompanharam o voto de Mendonça pela prisão preventiva. Gilmar Mendes não havia votado até o fechamento desta edição. E **Dias Toffoli** se declarou impedido.

Investigação da Polícia Federal apontou que o banqueiro possui uma extensa rede de contatos com políticos e autoridades de Brasília, como o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e os ministros Toffoli e Alexandre de Moraes, do STF.

A possibilidade de uma delação do banqueiro preocupa o mundo político, e pode ter impacto significativo nas eleições de outubro, a depender das informações que Vorcaro decidir revelar e dos benefícios que pode obter caso resolva falar.

Relator do caso, Mendonça foi enfático, em seu voto, ao descrever o que chamou de uma organização criminosa que utiliza milícia privada para coagir adversários e obstruir investigações sobre fraudes contra o

Luiz Silveira/STF



Mendonça: “A organização criminosa demonstra altíssima capacidade de reorganização, mesmo após deflagração de operações”

Reprodução/Redes Sociais



Daniel Vorcaro cumpre detenção preventiva no Presídio Federal de Brasília, no Complexo da Papuda

Afastamento

Na quarta-feira, o ministro Dias Toffoli, que integra a Segunda Turma, se declarou suspeito para participar do julgamento. Ele já havia sido afastado da relatoria do caso em fevereiro, com o apoio dos demais ministros da Corte, após confirmação da PF de que teria mantido vínculos com um fundo ligado ao banqueiro.

Sistema Financeiro Nacional.

O relator fundamentou seu voto na periculosidade da organização, descrevendo os envolvidos como agentes que buscam o “enfraquecimento do Estado”.

“Verifica-se, portanto, que a atuação da organização criminosa não é pueril. Pelo contrário, são profissionais do crime, que atuam de forma coordenada, com a captação ilícita de servidores públicos dos mais altos escalões da República, ao mesmo

tempo que buscam influenciar a opinião pública contra os agentes do Estado envolvidos na investigação e desmantelamento do esquema criminoso multibilionário, buscando assim construir um cenário favorável de enfraquecimento do Estado e permanência da delinquência alcançada, mesmo que para isso tenham que se utilizar de atos de violência física e coação por meio de sua milícia, como comprovado nesta representação policial”, destacou Mendonça.

Conforme o relator, Vorcaro comandava o grupo “A Turma”, uma estrutura com a participação do cunhado dele, Fabiano Zettel, pelo ex-policia Marilson Roseno e por Luiz Phillipi Mourão (o “Sicário”, que morreu sob custódia).

O voto cita também ordens diretas do dono do Master para atos de violência física. Em um dos diálogos, o banqueiro expressou o desejo de “quebrar todos os dentes” do jornalista Lauro Jardim, do jornal O Globo, em um assalto que seria forjado. Também há registros de ameaças de morte contra um ex-funcionário e sua família, realizada por “sete milicianos”.

“Além da violência evidenciada, afastando qualquer interpretação de que se estaria diante de ‘mera ilação’, a caracterização da ‘Turma’ como verdadeira organização criminosa armada foi fartamente demonstrada pelas apurações policiais”, afirmou.

“Nada obstante, diante da gravidade do teor do material já identificado, e dos riscos evidenciados a diversos bens jurídicos tutelados pela lei penal, não há como aguardar o encerramento de todas as diligências pendentes para adoção das medidas de natureza cautelar previstas pela legislação de regência, sob pena de se permitir a concretização e/ou o agravamento de lesões irreparáveis à integridade física de pessoas, à economia popular e ao sistema financeiro nacional”, defendeu Mendonça.

O que disse Mendonça

Intimidação de adversários

“Há, sob outro prisma, evidências de tentativa de obtenção de informações sigilosas sobre investigações em andamento e monitoramento de autoridades. E existem fortes indícios da existência de grupo destinado a intimidar adversários e a monitorar autoridades, o que revela risco concreto de interferência nas investigações.”

Medidas alternativas

“As medidas menos gravosas previstas em nosso ordenamento jurídico não ostentam, em relação a tais investigados, o condão de obstar o cenário de risco às investigações, à apuração dos produtos ilícitos e à sua futura recuperação, apresentado pela Polícia Federal. A liberdade dos investigados compromete, assim, de modo direto, a efetividade da investigação e a confiança social na Justiça penal.”

Destruição de provas

“Sob outro prisma, há risco concreto de destruição de provas, pois os investigados demonstraram possuir meios de acesso a documentos sensíveis e a sistemas estatais, além do domínio de empresas instrumentalizadas para a prática de ilícitos de seus interesses.”

Combinação de versões

“Evita-se, com a custódia, a destruição ou alteração de provas, a combinação de versões com outros integrantes da organização criminosa, a ocultação de ativos e documentos empresariais, a influência sobre funcionários das empresas investigadas.”

Poder de reorganização

“A organização criminosa demonstra altíssima capacidade de reorganização, mesmo após deflagração de operações. Portanto, acaso os investigados permaneçam em liberdade, há o elevado risco de articulação com agentes públicos e da continuidade da prática de ocultação e reciclagem de capitais por meio da utilização de empresas de fachada.”

Continuidade dos ilícitos

“No que diz respeito ao elemento da contemporaneidade, as atividades criminosas, tal como demonstrado pela Polícia Federal em sua representação, continuaram a ocorrer mesmo após o início do inquérito e as operações dele decorrentes.”

Ordem pública

“Em relação à garantia da ordem pública, haja vista a necessidade de pacificação social por meio da criação de um sentimento na sociedade de resposta célere do sistema de justiça a um delito de elevadíssima repercussão social, com dimensões bilionárias, o risco de reiteração delitiva e o alcance subjetivo dos ilícitos cometidos, que impactaram a vida de milhões de brasileiros e a credibilidade de instituições financeiras públicas e privadas.”

PF vai periciar outros oito celulares do banqueiro

Relator do Caso Master no STF, o ministro André Mendonça destacou, em seu voto, que ainda há oito celulares do banqueiro Daniel Vorcaro que aguardam perícia pela Polícia Federal.

“Na segunda fase da Operação Compliance Zero, foram apreendidos mais cinco aparelhos celulares do investigado Daniel Vorcaro. E, na terceira fase, deflagrada a partir da decisão ora submetida a referendo, foram apreendidos mais três celulares apenas desse único investigado”, enfatizou, em seu voto no julgamento

da prisão preventiva do banqueiro. “Portanto, além da conclusão das análises relativas ao primeiro celular apreendido, ainda há oito celulares por examinar.”

Mendonça indicou preocupação com o poderio do grupo. “A organização criminosa demonstra altíssima capacidade de reorganização, mesmo após deflagração de operações. Portanto, acaso os investigados permaneçam em liberdade, há o elevado risco de articulação com agentes públicos e da continuidade da prática de ocultação e reciclagem de capitais

por meio da utilização de empresas de fachada.”

Ele destacou que o banqueiro e seus aliados continuaram a operar mesmo depois de a PF ter deflagrado a primeira fase da Compliance Zero.

Desgaste

Na avaliação do advogado e professor de direito constitucional Ilmar Muniz, o tribunal, ao formar maioria para manter a prisão de Vorcaro, tomou uma decisão considerando também o

impacto institucional que uma soltura poderia provocar. “A Corte fez uma opção. A opção foi ‘não vamos nos desgastar mais do que já estamos’. No entanto, agora o cenário político está em pavor com a possibilidade real de Vorcaro fazer uma delação premiada com todos os nomes que podem estar envolvidos nesse escândalo”, afirmou.

Muniz avaliou ainda que a manutenção da prisão cria um ambiente que aumenta a pressão sobre o próprio investigado. Para ele, uma eventual colaboração premiada passa a

ser uma alternativa concreta.

O advogado Guilherme Alonso, do escritório Dotti Advogados, também considera que a manutenção da prisão era o cenário mais esperado. Segundo ele, havia, inclusive, preocupação de que o julgamento terminasse empatado, o que permitiria a liberdade de Vorcaro. “Era esperado, sim. Havia uma expectativa tanto midiática quanto da população para que a prisão fosse mantida. Havia uma expectativa negativa de que esse julgamento fosse dar empate. Isso era uma preocupação de quem está acompanhando esse caso”, frisou.